



OS PODERES DO PODER LOCAL

Terça-feira

Ajustes diretos Estada de luxo em Nova Iorque

Adjudicação. Contratar o pai e a mãe, gastar milhares em estadas no estrangeiro ou comprar bens à empresa de colegas de partido são algumas das situações verificadas em contratações por ajuste direto. Muitos autarcas não veem, no entanto, qualquer impedimento ético neste tipo de adjudicações, justificando estas ações com a maior naturalidade. Isto, claro, quando justificam

RUI PEDRO ANTUNES

Quando é hora de comprar, as autarquias mostram que estão pelos ajustes (diretos) e adquirem desde pastéis de nata a entradas para o circo, bem como contratos de construção de fontanários. Um ajuste direto não pode exceder os 75 mil euros (em compra de bens e serviços) nem os 150 mil (se estiver em causa empreitadas de obras públicas), mas isso não impediu os municípios de acumularem contratos por ajuste direto e de gastarem milhões de euros utilizando este método de compra. O mecanismo é legal. O que não significa que a sua aplicação seja, em todos os casos, incontestável ou moralmente inquestionável.

Os casos que o DN selecionou são diversos e vão desde ajustes diretos que levantam problemas éticos ou morais à simples curiosidade da compra, passando por aquisições cuja informação – apesar de a publicação ser obrigatória no *site* www.base.gov.pt – é escassa e não satisfaz o princípio da lei: a transparência. Alguns dos casos aqui destacados criaram polémicas em reuniões camarárias – com as oposições a entrarem em cena – enquanto outros foram descobertos pelo DN, através do acesso a essa informação que é pública e publicada.

Olhando para os ajustes diretos entre 2008 (ano em que a publicação passou a ser obrigatória) e 2013, é possível verificar que existem quatro autarquias no *top 20* das entidades que gastaram mais dinheiro em ajustes diretos. A Câmara Municipal de Lisboa tinha gasto até ontem – em menos de seis anos – 300 258 892 euros só em adjudicações diretas. Ao nível da administração pública, a câmara da capital surge em quinto lugar nos

gastos com ajustes diretos, sendo apenas batida pelas gigantes Parque Escolar, Refer, EDP e Estradas de Portugal. Fica, no entanto, à frente de entidades como a ANA – Aeroportos de Portugal ou a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.

Nas vinte mais aparece ainda a autarquia presidida por Valentim Loureiro (Gondomar), que gastou 112,8 milhões de euros, bem como os municípios de Guimarães (108,6 milhões de euros), Paredes (99,9 milhões) e Matosinhos (93,4 milhões).

Os casos que se seguem não serão responsáveis por todos esses milhões, mas vão contribuindo aos poucos para que aumente o “bolo” de uma contratação que deveria ser a exceção e não a regra.

Costa paga 800 euros/noite por estada em Nova Iorque

O presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa, sempre definiu como bandeira da sua governação na capital pagar dívidas e reduzir custos, sob o signo de “Rigor”, a palavra que se destacava nos cartazes na primeira vez que se candidatou. Porém, a autarquia sempre foi uma incontrolável máquina de gastar dinheiro e – apesar da contenção imposta pelo executivo de António Costa – continuou a ser em vários aspetos. O facto de ser a capital do País, tendo por isso mais obrigações, não justificará os mais de 300 milhões em adjudicações deste tipo.

Destes ajustes, nem todos são devidamente justificados na publicação *online*, os quais incluem viagens para Nova Iorque e respetiva estada ao longo dos últimos dois anos. A 19 de abril de 2012, a CML comprou, por ajuste direto, uma passagem aérea Lisboa-Nova Iorque, outra Nova Iorque-Lisboa



OS PODERES
DO PODER LOCAL

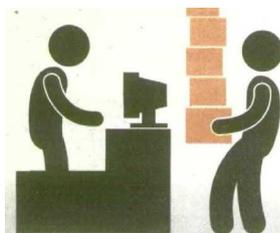
e alojamento no valor de 5832,24 euros. Mesmo descontando os 1500 euros para as passagens aéreas (preço de mercado, se a viagem não foi feita em executiva) e, tendo em conta que o ajuste tem uma execução de cinco dias, significa que o alojamento na cidade que nunca dorme ficou a 866 euros por dia – um luxo, dado o tempo de crise que a autarquia e o País atravessam.

Nesse mesmo dia foram adjudicadas mais passagens aéreas para Nova Iorque (também ida e volta) e alojamento no valor de 4779,39 euros/cada. Seguindo a mesma lógica, a estada diária ficou-se também pelos, aparentemente onerosos para as contas públicas, 655 euros diários.

Só nos últimos anos, a autarquia gastou 36 586 euros em viagens a Nova Iorque pelas agências Top Atlântico e Barceló Escalatur – Viagens e Turismo, Lda., cujo motivo não está explicado na publicação online. O DN procurou saber junto da autarquia quem viajou para Nova Iorque, por que motivos e porque teve estes custos, mas não obteve resposta.

Há até outras viagens da autarquia justificadas e bem mais em conta: a 9 de janeiro deste ano, houve um ajuste direto de cerca de 700 euros relativo a uma viagem da diretora do MUDE (Museu do Design e da Moda) a Paris. A vinda de conferencistas ou de artistas para festivais realizados na capital ou a ida a conferências ou compromissos internacionais também fazem parte do lote de justificações dos ajustes diretos de passagens aéreas. Estes de Nova Iorque não tiveram, porém, justificação.

'Ferrero Rocher' e vinho para funcionários da EMEL



A empresa municipal responsável pelo estacionamento da capital é conhecida por ser implacável na hora de deixar multas, bloquear carros ou mesmo rebocá-los. Seja véspera Natal, véspera de Ano Novo ou dia santo (se não for feriado), e os funcionários lá estão a cada esquina a fazer o seu trabalho, sem perdão. Queixam-se os automobilistas lisboetas de alguma falta de "solidariedade" dos funcionários da empresa. Porém, os contribuintes todos os Natais participam, indiretamente, com um pequeno gesto para

uma quadra melhor dos funcionários da EMEL. Em tempos de crise – apesar do corte nas várias "gorduras" da despesa da autarquia –, os trabalhadores desta empresa municipal mantiveram um benefício que os restantes funcionários camarários não têm. Em 2013, ano crítico da crise, a publicitação do ajuste direto mostrou que a EMEL gastou 15 771 euros na "aquisição de cabazes de Natal para os colaboradores da EMEL", numa compra feita ao Pingo Doce.

Os 380 funcionários da EMEL receberam assim, no Natal de 2012, um cabaz digno de rifas de café, mas em que sai sempre prémio e que incluía: um cesto de verga, queijo amanteigado, bacalhau crescido, 0,75 l de azeite, bolachas de manteiga, figos secos, chocolates... Mas não de marca branca. Tinham de ser, segundo os termos do ajuste, "After Eight ou similar" e "bombons Ferrero Rocher ou similar". Além, claro, de um "pai Natal de chocolate". Cada funcionário teve ainda direito a 300 gramas de paio do lombo, um chouriço preto, doce de compota e vinho tinto, que também não podia ser um qualquer: segundo o contrato, tinha de ser do Alentejo. O custo corresponde a cerca de 40 euros por funcionário. Se o mesmo benefício fosse dado a todos os funcionários do Estado, significaria um investimento de mais de 23 milhões de euros.

Isto sem esquecer as diferenças de tratamento que este cabaz significa dentro do próprio universo autárquico. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML) garantiu ao DN que os outros funcionários camarários "não receberam rigorosamente nada". Delfino Serras recorda que "houve anos, antes da crise, em que se recebia um queijo ou uma garrafa de vinho, mas já foi há muito tempo", embora destaque que "o problema não se resolve dando cabazes a todos, tem é de se aumentar os salários".

Contactada pelo DN, a administração da EMEL lembrou que "o contexto de crise [...] gera ansiedades nas várias famílias. Sendo uma empresa responsável e solidária, a EMEL entendeu dar um sinal a todos os seus colaboradores e resolveu oferecer um cesto Natal". A empresa destaca ainda que tomou esta decisão "em respeito pela lei e no interesse dos seus trabalhadores."

Autarca contratou o próprio pai

O atual presidente da Câmara Municipal de Celorico de Basto, Joaquim Mota e Silva, tinha sido eleito há apenas um mês quando, a 11 de novembro de 2009, a autarquia que lidera contratou os serviços da empresa dos seus pais por ajuste direto, num contrato relativo a "serviços nas áreas das finanças, economia e gestão". Ora, o pai de Joaquim Silva (Albertino Mota e Silva) era o anterior presidente da autarquia (também eleito nas listas do PS), tendo havido uma sucessão – pela via eleitoral e democrática – familiar.

● Há ajustes diretos para todos os gostos desde estadas de luxo a Nova Iorque, passando pela contratação de familiares ou idas ao circo (pp. 2 a 5) ● 120 autarcas já se reformaram mas continuam em funções (pp. 6 e 7) ● Pensões atribuídas após extinção



O DN questionou Joaquim Mota e Silva sobre se não via um problema ético em contratar o pai, por ajuste direto, como avençado num contrato de 24 484 euros. A resposta da autarquia veio, no entanto, do vice-presidente, que assumiu o ónus da contratação e até referiu o *know-how* de Albertino Silva à frente da autarquia como um motivo para a escolha. O "vice" do município, Inácio Silva, explicou que "havia a necessidade de contratar um consultor na área administrativa e financeira, para auxiliar o executivo municipal, e esta autarquia, na competência em mim delegada e por mim exercida, decidiu contratar Albertino Mota e Silva, anterior presidente de câmara durante 20 anos, para prestar aqueles serviços, a tempo inteiro". Inácio Silva garantiu que "analisado o mercado e ponderados os requisitos legais para ajuste direto, foi entendido preencher estes requisitos cabalmente". Além disso, a contratação do pai do presidente da câmara significou, de acordo com o n.º 2 da autarquia, uma "muito menor onerosidade." Inácio Silva explicou também que, passados dois anos, dispensou Albertino Mota e Silva pois "encontravam-se já atingidos os objetivos". Como reforço da moralidade da contratação, o vice-presidente da Câmara de Celorico de Basto ressalva que desde o final de 2011 que o pai do autarca continua a trabalhar "no executivo municipal, de modo não contínuo" mas num "regime de voluntariado".

A mesma autarquia contratou, em 2010, a empresa da mulher do presidente da Assembleia Municipal para "prestação de serviços de um técnico nas áreas do ambiente e proteção civil, silvicultura e exploração florestal". Sobre esta prestação de serviços, a autarquia limitou-se a responder ao DN que "a mesma findou em dezembro de 2011".

Apesar destes casos, a autarquia garante que tem "seguido um caminho de grande rigor e redução das despesas do município" e que até "reduziu de 2009 até 2013 cerca de 40% das avenças e prestações de serviços."

DJ recebe dez mil por uma noite, Tony é 'rei' dos ajustes

Já se sabe a queda dos autarcas para dar música aos municípios – através de apoios a fes-

tas ou festivais –, não sendo de estranhar que existam milhares de ajustes diretos a contratar artistas nacionais. Apesar de as autarquias apoiarem cada vez menos as comissões de festas, nos últimos anos ainda foram vários os músicos contratados.

De acordo com o *site* governamental onde este tipo de contratos são publicados, o cantor romântico Tony Carreira foi o "rei" dos ajustes diretos, tendo recebido das autarquias quase 1,5 milhões de euros em quatro anos (2009-2012) por 37 espetáculos. Muito próximo desse valor está o grupo de rock Xutos & Pontapés, que recebeu cerca de 1,1 milhões de euros por 27 espetáculos no mesmo período. Já o popular Quim Barreiros recebeu cerca de meio milhão de euros, mas para isso necessitou de fazer 52 espetáculos. Nem sempre os músicos cobram o mesmo, o que também pode depender do suporte técnico e do ano em questão.



Curioso é, por exemplo, as bandas que foram tornando-se mais conhecidas, o que se refletiu nos cofres das autarquias. O grupo Os Azeitonas, por exemplo, em 2009 – antes do *boom* mediático que inundou as rádios com a música *Anda comigo ver os aviões* –, cobraram ao município do Crato apenas dois mil euros. Porém, após ser mais afamada, o cachê da banda mais do que triplicou: em março deste ano, o valor cobrado ao município de Ourique foi de nove mil euros. O que o município do Crato poupou no ano de 2009 com Os Azeitonas terá gasto com o valor mais caro registado em ajuste direto para a contratação de um DJ. Para ir passar música ao Festival de Artesanato e Gastronomia o DJ Pete tha Zouk cobrou dez mil euros à autarquia alentejana.

Os ajustes diretos mostram que as autarquias solicitam mais um género de artistas do que outros, mas também que são bastante ecléticas nos gostos (e nas contratações) musicais. Os contratos publicitados revelam nomes de estilos distintos como José Cid (833 mil euros), Rui Veloso (771 mil euros), Jorge Palma (cerca de 350 mil euros) Boss AC (cerca de 130 mil euros) Legendary Tigerman (16 mil euros, mais 8400 euros aos Wraygunn), António Zambujo (cerca de 75 mil euros) ou JP Simões (13 475 euros).

das subvenções vão custar 7,7 milhões por ano ao Estado (p. 7) ● **Quando as autarquias empregam familiares** (p. 8) ● **FC Porto levaria 2666 anos para pagar Centro de Estágio do Olival** (pp. 10 e 11) ● **Câmaras ainda devem mais de 200 milhões do Euro 2004** (p. 12) ● **Nova Lei**

das Finanças Locais divide autarcas (p. 13) ● **81 maçons do GOL e da GLLP concorrem a 43 autarquias** (pp. 14 e 15) ● **Entrevista a Guilherme d'Oliveira Martins, presidente do Tribunal de Contas: "Poder local não é viveiro de corrupção, está é mais exposto"** (p. 16)



Autarquias pagaram 165 mil para irem ao circo

Foram dez as autarquias que entre 2008 e 2010 gastaram 165 mil euros por ajuste direto na aquisição de 13 espetáculos de circo. Festas de Natal, Dias da Criança ou encontros escolares foram as diversas justificações para a contratação deste tipo de espetáculo, contratado pelas câmaras municipais de Ílhavo, Lisboa, Ourém, Chaves, Santarém, Loulé, Portimão, Ponte de Sor, Vila Real de Santo António e Albufeira. Em abono da verdade, diga-se que a expressão da Roma Antiga "pão e circo" (*panis et circenses*, utilizada para caracterizar a forma como os governantes tentavam entreter o povo com alimento e diversão para diminuir a insatisfação popular) não se aplica a este caso, uma vez que os ajustes não foram em época eleitoral e foram dirigidos a crianças.

Porém, o circo mostra a diversidade de espetáculos contratados por ajuste direto, que vão desde uma simples noite de fado a pagamentos a ranchos folclóricos (há registo de vários que vão desde os 300 aos 2200 euros).

Autarca do PSD contratou escritório de Santana Lopes

A Câmara Municipal de Vila Real de Santo António (CMVRSA) contratou em 2010 e 2011 um escritório de advogados, sediado a mais de 300 quilómetros. Isto porque o quadro de pessoal da autarquia integra apenas juristas que não exercem advocacia, pelo que os serviços recorrem com frequência à contratação externa para o efeito.

Como há casos e casos e a distância geográfica não escolhe a qualidade jurídica, até aqui tudo normal. Porém, a polémica surgiu com a ligação partidária entre a entidade adjudicante e adjudicatária. O presidente da CMVRSA é o social-democrata Luís Gomes, que contratou o escritório de Pedro Santana Lopes, ex-líder do PSD e – por infeliz coincidência – o político escolhido por si para discursar, em 2008, numa festa de celebração do

seu terceiro aniversário à frente da autarquia. Dois anos depois da festa – a 30 de setembro de 2010 –, o escritório de Santana recebeu 18 mil euros num contrato por ajuste direto e, logo um ano depois, mais 15,6 mil euros por serviços jurídicos.

A ligação partidária gera sempre desconfiança, mas ao DN a autarquia chefiada por Luís Gomes justificou que "a contratação teve em consideração a especificidade dos serviços requisitados para os quais essa sociedade estava especialmente habilitada, nomeadamente a experiência profissional dos advogados que a compõem". Sobre o serviço realizado, a câmara explica que centrou-se "no direito administrativo e na elaboração dos regulamentos para a implementação do licenciamento zero".

Por outro lado, a autarquia revelou que a "sociedade de advogados a que Pedro Santana Lopes pertence colabora com a autarquia desde 2007". Ou seja: quando veio discursar à sua festa, Santana já trabalhava para Luís Gomes. O município lembra, no entanto, que contrata grandes escritórios de Lisboa tendo



em conta "a complexidade e a especificidade das necessidades da autarquia de VRSA", tendo já realizado contratos com as sociedades de advogados Vieira de Almeida & Associados, PLMJ, Vitalino Canas & Associados, Sêrvulo Correia e Associados, entre outras. Por último, o gabinete de Luís Gomes garante que "o referencial político de Pedro Santana Lopes não foi determinante para a escolha da sociedade de advogados a que pertence, mas sim a competência profissional dos advogados que compõem o referido escritório".

Autarcas contratam empresa de colega do PS

A oposição da Câmara de Abrantes, nomeadamente o PSD, indignou-se quando soube que a presidente da autarquia, Maria do Céu Albuquerque, comprou "30 oliveiras centenárias" por 60 mil euros à empresa da família do colega socialista e presidente da Câmara de Proença-a-Nova, João Paulo Catarino.

A compra foi feita à empresa Aeroflora, que de acordo com o registo comercial (como o DN verificou) tem como gerentes Acácio Lopes Catarino, Célia Cristina Marçal Lopes Catarino e Maria da Conceição Pires Mendes Catarino. Contactado pelo DN, o presidente de Proença-a-Nova confirmou

"com orgulho que Acácio Catarino é meu pai, Célia Catarino minha irmã e Maria Catarino minha esposa".

Confirmando que a empresa é mesmo da família do autarca, o DN perguntou à presidente do município de Abrantes qual o critério utilizado na compra. Maria Albuquerque admitiu ao DN que conhece João Paulo Catarino "por motivos profissionais", destacando que são "colegas, pelo que é natural que por vezes nos encontremos em algumas reuniões e eventos de carácter institucional". Porém, explica que a "aquisição não foi efetuada por questões de filiação política e partidária, mas pelas características e pela qualidade das árvores e pela sua adequação a uma necessidade que a câmara tinha para a requalificação dos espaços exteriores da Escola Maria Lucília Moita".

A presidente explicou que, em fevereiro de 2013, recebeu – a propósito do II Encontro Ibérico do Azeite – uma apresentação da empresa, que referia a sua "vasta experiência na venda e replantação de exemplares de oliveiras centenárias". E só a ficou a saber que a empresa pertencia à família do colega socialista.

A partir da apresentação, a autarca considerou a "antiguidade e a conformação das oliveiras adequadas para o arranjo dos espaços exteriores que estava prestes a começar na Escola Maria Lucília Moita situada [...] numa freguesia com ligações históricas à fileira do azeite, pelo que nos pareceu natural e conveniente associar estes espaços a um memorial". A vertente "didática" justificou assim a compra ao autarca de Proença-a-Nova.

No registo dos ajustes diretos, o DN observou que está também uma outra venda à autarquia de Idanha-a-Nova, que também é presidida por um socialista e da mesma federação distrital (Castelo Branco) de João Paulo Catarino. No dia 22 de março de 2011, o presidente do município de Idanha-a-Nova, Armindo Jacinto (que o DN tentou, sem êxito, contactar), também contratou por 6 546, 50 euros a empresa da família do colega autarca para "fornecimento de diversos arbustos e árvores para novos espaços ajardir-



nados e manutenção dos espaços existentes".

ODN questionou João Paulo Catarino sobre o facto de os dois colegas do PS terem contratado a empresa da sua família, perguntando, igualmente, se não existiam outras empresas alternativas. O autarca explicou que "a empresa Aeroflora tem 19 anos de existência e durante este período contratou com dezenas de entidades públicas e privadas, sem olhar às ideologias partidárias dos seus responsáveis". Sobre a hipótese de os autarcas não contratarem a concorrência da sua família, João Paulo Catarino ressaltou que "não cabe aos gerentes da empresa – e muito menos a mim, que não interiro nas opções empresariais – justificar se existiriam ou não alternativas para fazer o trabalho em causa".

Carrosséis, nadadores-salvadores e o buxo-anão

Os gastos dos municípios em ajustes diretos são tão diversos que vão desde carrosséis até a um buxo-anão (espécie de arbusto). Começamos pelos carrosséis: há três autarquias que já os alugaram por ajuste direto. A que gastou mais dinheiro foi a de Portimão, que, em março de 2009, adquiriu um Carrossel Quadrado Senart por 30 dias, gastando 113 mil euros, aos quais ainda acrescentaram 10 484 euros para o aluguer de "máquinas elevató-



rias" para o mesmo carrossel e 10 500 euros para pagar o alojamento dos técnicos desta estrutura de diversão. A Câmara Municipal de Oliveira do Bairro alugou três carrosséis por 5500 euros a 2 de junho de 2010, mas apenas por dois dias. Há um mês (14 de agosto), foi a vez de a autarquia presidida por Fernando Ruas, Viseu, alugar um carrossel por 64 mil euros para o Parque Aquilino Ribeiro, que ainda se encontra em atividade, uma vez que a aquisição foi por 112 dias.

A sazonalidade da profissão faz que haja também 59 ajustes diretos relativos à prestação de serviços de nadadores-salvadores, quer para piscinas quer para praias (fluviais ou marítimas) de gestão municipal. Nos ajustes diretos das autarquias, a variedade é grande e encontram-se aquisições como vinho, pastéis de nata, rissóis, campos relvados, veículos, cavalos (acima de tudo para feiras medievais), entre muitas outras. Há até um ajuste direto da Câmara Municipal de Coimbra, que, no dia 28 de junho de 2012, comprou um buxo-anão para o Parque de Santa Cruz por 3600 euros.